

ARTICULAÇÃO

Planalto organiza a campanha publicitária Fé no Brasil para acenar aos conservadores que são simpatizantes do bolsonarismo e rejeitam a gestão petista

Ricardo Stuckert/Presidência da República



Presidente da República tem feito sinalizações discretas aos religiosos. Em evento no Nordeste, ele afirmou que “Deus é a verdade”

Lula ensaia aproximação com eleitor evangélico

» ÁNDREA MALCHER
» ALINE BRITO

José Cruz/Agência Brasil



Jorge Messias tem sido ponte entre bancada conservadora e governo Lula para destravar projetos

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) está empenhado em conquistar espaço entre o eleitorado evangélico. A ala, dominada por pautas conservadoras, é a principal defensora do bolsonarismo. A última semana foi recheada de acenos mais diretos do chefe do Executivo — ação aconselhada por setores do governo.

No encontro promovido ontem, na Granja do Torto, com diversos setores da sociedade para tratar da “Petrobras além do petróleo”, o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Márcio Macêdo, afirmou que Lula tenta uma aproximação especial com ps eleitores evangélicos.

Fontes ouvidas pelo **Correio** comentaram sobre a possibilidade de se criar uma secretaria específica para estabelecer um diálogo direto entre o Palácio do Planalto e a ala conservadora. O projeto, debatido durante a transição de governo, no fim de 2022, e incluiria uma Secretaria de Assuntos Religiosos.

No entanto, o presidente Lula resistiu à criação da pasta e preferiu apostar em sinalizações mais discretas. Interlocutores do Planalto afirmam que o chefe do Executivo prefere não demonstrar preferência a nenhum grupo religioso.

Por outro lado, o petista colocou em campo ministros evangélicos que tentam ampliar o contato com essa fatia do eleitorado e política, como Wellington Dias, do Desenvolvimento Social; Jorge Messias, da Advocacia-Geral da União; Márcio Macêdo, da Secretaria-Geral da Presidência.

Iniciativa

Nas últimas semanas, após constatar baixa popularidade entre o eleitorado evangélico, o Planalto preparou a campanha publicitária Fé no Brasil. O projeto foi apresentado a executivos e às assessorias de imprensa dos ministérios pelo ministro da Secretaria de Comunicação da Presidência, Paulo Pimenta, e busca mostrar de forma regionalizada os bons resultados do governo, nas visitas de Lula e seus ministros pelos estados.

O advogado-geral da União, Jorge Messias, que participou ontem da Brazil Conference, na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, minimizou a baixa aprovação do governo Lula entre evangélicos. Ele garantiu que

o novo slogan veio do “trabalho que vem desde a campanha e da nossa (governo) aproximação com o segmento”.

Messias, como mostrou o **Correio**, assumiu, junto ao ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, a dianteira na negociação com a bancada evangélica do Congresso. Os deputados Silas Câmara (Republicanos-AM), antecessor de Eli Borges (PL-TO) no comando da bancada evangélica, e Cezinha Madureira (PSD-SP) se encontram frequentemente com o chefe da AGU.

Segundo relatos, eles se reuniram e debateram a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que amplia as isenções tributárias das igrejas, de autoria de Marcelo Crivella (Republicanos-RJ).

A equipe do Ministério da Fazenda trabalhou junto ao relator da matéria, Fernando Maximo (União-RO), para chegar a um consenso que pudesse conquistar apoio entre os parlamentares religiosos, mas ainda não foi suficiente. Crivella está mais próximo do governo, mas o bolsonarismo ainda trava a PEC em miudezas.

“Essa PEC não será votada tão cedo, tem que ficar tudo claro antes. Não apoiem o Lula, votem no Bolsonaro, mas isso não impede de conversar com o governo. Se ele quer se aproximar dos evangélicos, terá que se esforçar mais. Pode escrever isso”, disse Cezinha, após reunião com Padilha no mês passado.

Na última semana, Lula evitou citar o ex-presidente Jair



Deus é a verdade. Ninguém pode utilizar o nome de Deus em vão como eles usam todo santo dia. É por isso que a gente vai ter que mudar este país”

Luiz Inácio Lula da Silva,
presidente da República



Não apoiem o Lula, votem no Bolsonaro, mas isso não impede conversar com o governo. Se ele quer se aproximar dos evangélicos, terá que se esforçar mais. Pode escrever isso”

Cezinha Madureira
(PSD-SP), deputado federal

Bolsonaro (PL), mas foi mais direto quando, na inauguração da Estação Elevatória de Água Bruta de Ipojuca, em Pernambuco, e disse que “Deus não é mentira”, ao citar sobre o perigo da desinformação.

“A gente não pode acreditar porque Deus não é mentira. Deus é a verdade. Ninguém pode utilizar o nome de Deus em vão como eles usam todo santo dia. É por isso que a gente vai ter que mudar este país”, declarou.

Na ocasião, Lula citou suas três vitórias como presidente e a transposição do Rio São Francisco e chegou a perguntar aos apoiadores que acompanhavam o evento se eles acreditavam em Deus e em milagres.

Pesquisa

Enquanto o Congresso teve melhora no levantamento do Datafolha — que indicou que as Casas obtiveram a melhor avaliação em 21 anos — o presidente Lula viu sua popularidade oscilar entre os religiosos. Segundo dados da Genial/Quaest, divulgado em março, a desaprovção do atual governo entre os evangélicos é de 62%.

A queda aumentou desde outubro do ano passado, e atingiu o maior patamar desde a realização da primeira pesquisa sobre a gestão petista, em fevereiro de 2023. Desde o último levantamento, divulgado em dezembro passado, a desaprovção entre os evangélicos cresceu seis pontos percentuais, passando de 56% para 62%. A aprovação caiu seis pontos: de 41% para 35%.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

A mito na caverna e a degradação das nossas cidades

A partir de hoje, a pré-campanha eleitoral das eleições municipais está na rua. Após mais um troca-troca de legendas, encerrado ontem, com o fim do prazo de filiação partidária, em quase todas as cidades do país armam-se as candidaturas a prefeito e vereador, com seus respectivos apoiadores. É um movimento pautado pela grande circulação de recursos financeiros, seja provenientes de fundos eleitorais, seja de caixa dois proveniente do desvio de recursos públicos, cuja origem, em parte, são contratos de fornecedores e as emendas ao Orçamento da União. Candidaturas nascem e desaparecem num passe de mágica, no grande balcão de negócios em que se transformou este momento da pré-campanha.

É um mundo de sombras, como na alegoria da caverna de Platão, descrito no clássico dos clássicos da política: *A República*. Nele, o filósofo grego discute o papel do conhecimento, da linguagem e da educação no Estado ideal. Na caverna, resumidamente, prisioneiros estão acorrentados e veem sombras bruxuleantes projetadas pela luz de uma fogueira. São homens, animais e plantas imaginárias. Um dos prisioneiros, porém, se livra das correntes e percorre a caverna. Descobre que as imagens não são reais, mas de estátuas cujas silhuetas eram projetadas pela fogueira. E que passara a vida inteira julgando sombras e ilusões.

Ao sair da caverna, é ofuscado pela luz; mas se habitua à nova realidade e volta a enxergar fora da caverna. Encontra com a vida verdadeira, regressa para a caverna e conta o que viu. Entretanto, é ridicularizado pelos demais, que só conseguem enxergar as sombras na parede da caverna. É chamado de louco e ameaçado de morte porque suas ideias são absurdas. É mais ou menos o que acontece nos debates eleitorais, quando alguém surge com uma proposta verdadeiramente inovadora e disruptiva, depois de fugir do mundo das sombras da política envelhecida. Há toda uma estrutura montada para reproduzir os padrões de uma política obsoleta que degrada as cidades brasileiras.

As políticas públicas na maioria das cidades brasileiras foram capturadas por grandes interesses privados, em prejuízo da população. Passamos por um novo ciclo de expansão urbana que, agora, também atinge as cidades médias e pequenas. Na transição da vida do campo para a cidade na segunda metade do século passado, provocada pela adoção da legislação trabalhista no meio rural e a rápida industrialização, ainda havia um certo planejamento urbano e a preocupação de oferecer condições de vida e de locomoção que tornassem as cidades funcionais, e de formar uma força de trabalho escolarizada e saudável para atender às demandas da modernização. Brasília é o melhor exemplo.

Essa situação mudou radicalmente. A força do agronegócio, hoje o setor mais dinâmico da economia, com notável impacto em pequenas e médias cidades da nova “economia do sertão”, restaurou a influência nacional da nossa elite agrária, mas isso não se traduz na vida urbana como poderia. Há 100 anos, houve um

notável movimento de reforma urbanística no país, que deu às principais capitais brasileiras grandes avenidas, bulevares, transportes sobre trilhos, saneamento básico, hospitais e escolas públicas etc. Tudo financiado por recursos provenientes do café, do açúcar, do algodão, do cacau, da borracha, da pecuária e da mineração, e por investimentos nacionais e estrangeiros na implantação de indústrias e de serviços urbanos.

Favelas e periferias

Uma grande massa de brasileiros continua se deslocando do campo para os centros urbanos, em busca de novas perspectivas de vida, mas as cidades não estão sendo capazes de absorver essas pessoas e lhes oferecer condições dignas de trabalho, de moradia, de saúde, de educação, de segurança e de mobilidade. Há estagnação e degradação da vida das cidades, já não só nas favelas e periferias, depois de um ciclo recente, protagonizado pela redemocratização do país e o reconhecimento dos municípios em entes federados, pela Constituição de 1988, que proporcionou muitas administrações competentes e inovadoras.

Houve melhoramentos contínuos e da qualidade de vida em muitas cidades, entre as quais se destacam Maringá e Curitiba, no Paraná; Jundiá, São José do Rio Preto, Piracicaba, São José dos Campos, Franca, Taubaté e Campinas, em São Paulo; e Vitória, no Espírito Santo. No ranking das melhores cidades para se viver, essas cidades batem capitais como Belo Horizonte, São Paulo, Florianópolis, Palmas, Campo Grande, Goiânia, Rio de Janeiro e Porto Alegre, que são as melhores avaliadas.

Como os antigos sofistas, tão criticados por Platão, campanhas eleitorais encantam os espíritos com argumentos que nada têm a ver com a verdade, só visam a conquista de opiniões. A diferença entre os sofistas e a construção das narrativas atuais é que os antigos, tão combatidos por Platão, se satisfaziam com a vitória passageira à custa da verdade, enquanto os políticos almejam a conquista do poder a qualquer preço, sem projeto de transformação da realidade.

Sim, a maioria dos atuais prefeitos já não faz promessas mirabolantes, nem apresenta projetos faraônicos, ou promete mundos e fundos. Mas a safra de prefeitos que transformou as cidades acima citadas cumpriu um ciclo histórico. Novos problemas surgiram e se somaram àqueles que não conseguiram resolver. O maior deles talvez seja o garrote da captura da expansão urbana pelos grandes interesses imediatos do mercado imobiliário, do setor automotivo e dos prestadores de serviços, como a coleta de resíduos sólidos.

É preciso romper o círculo vicioso de degradação urbana, com políticas disruptivas e audaciosas, mas focadas na vida banal da população. Periferias e favelas estão sendo tomadas pela “territorialização” do crime organizado, que controla o tráfico de drogas, achaca os empreendedores, tributa os moradores e torna a vida das pessoas mais difícil e insegura. Estão cada vez mais mancomunados com servidores públicos e políticos. Habitação decente, mobilidade urbana, segurança pública e assistência integral às famílias, ao lado da saúde e da educação, são uma agenda que precisa ser tratada como política do bem comum e não apenas como negócio.